



20 DE JULHO DE 2011

Quarta - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **RECORDE EM JUNHO, EMPREGO DEVE ESFRIAR NO 2.º SEMESTRE**
- **GERAÇÃO DE VAGAS FORMAIS JÁ ESTÁ MENOR**
- **CHERY INVESTE US\$ 400 MI EM FÁBRICA NO BRASIL**
- **PETROCHINA FAZ ACORDO PARA FÁBRICA NO PAÍS**
- **BC DEVE SUBIR JURO HOJE, E EM AGOSTO TAMBÉM**
- **ELEIÇÃO TEM PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO**
- **DESONERAÇÃO NÃO SAI LOGO, DIZ RECEITA**
- **PORTOS DO LITORAL FECHAM O SEMESTRE COM ALTA DE 13% NA MOVIMENTAÇÃO GERAL**
- **INDICADOR SOBRE AS MULHERES AJUDARÁ NAS NEGOCIAÇÕES TRABALHISTAS**
- **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA É UM AVANÇO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL**
- **SER A PETROBRAS DO SETOR AINDA É SONHO PARA A ELETROBRAS**
- **CRÉDITO DEVE GANHAR FORÇA NO 2º SEMESTRE**
- **TRF AMPLIA POSSIBILIDADE DE USO DE CRÉDITOS DA COFINS**
- **SENAI PARANAENSE CERTIFICA 375 ALUNOS DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL E CURSOS TÉCNICOS**
- **MAN LA REVELA ESTRATÉGIA NA ÁREA DE MOTORES**
- **SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO TEM AUMENTO REAL DE 3,04%**

- **REGIÃO SUL APRESENTA SALDO POSITIVO NA CRIAÇÃO DE EMPREGOS EM JUNHO**
- **AGRICULTURA E SERVIÇOS PUXAM GERAÇÃO DE EMPREGOS EM JUNHO**
- **IR - FONTE - VENCE HOJE, DIA 20/7, O IMPOSTO DE RENDA RETIDO EM JUNHO**
- **SIMPLES NACIONAL - DAS DE JUNHO DEVE SER PAGO ATÉ HOJE, DIA 20/7**
- **DECLARAÇÕES FISCAIS - DCTF DE MAIO DEVE SER ENTREGUE ATÉ AMANHÃ, DIA 21/7**
- **COMÉRCIO EXTERIOR - APROVADA NOVA CONSOLIDAÇÃO DAS REGRAS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**
- **PARCELAMENTO - GOVERNO QUER EVITAR ADESÃO DE EMPRESAS SEM CAPACIDADE DE PAGAMENTO**
- **SIMPLES NACIONAL - GOVERNO ESTUDA A POSSIBILIDADE DE CRIAR UM SIMPLES PARA DOMÉSTICAS**
- **DIREITO DO CONSUMIDOR - BANCOS: UNIFORMIZAÇÃO NO TEMPO DE ATENDIMENTO É TEMA DE AUDIÊNCIA**

Câmbio		
Em 20/07/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,563	1,564
Euro	2,221	2,222

Fonte: BACEN

Recorde em junho, emprego deve esfriar no 2.º semestre

20/07/2011- Gazeta do Povo

A taxa de desemprego medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recuou para 6,2% em junho, o menor patamar para o mês desde o início da atual série histórica, em 2002. Em maio, o índice havia ficado em 6,4%. O rendimento médio dos trabalhadores, por sua vez, subiu 0,5%, chegando a R\$ 1.578,50 no mês passado.

Na região metropolitana de Curitiba, a pesquisa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), que segue a metodologia do IBGE, também apontou para a menor taxa de desocupação da história para o mês de junho (4,1%) e para um rendimento médio que fica apenas um pouco abaixo do apurado na Grande São Paulo.

Depois de abrir cerca de 252 mil vagas formais em maio, o Brasil gerou 215 mil empregos com carteira assinada em junho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além de ser menor que o do mês anterior, o resultado também ficou abaixo do registrado no mesmo período de 2010 – quando haviam sido geradas 257 mil novas vagas – e do recorde para o mês, alcançado em 2008 (345 mil vagas).

Apesar dos bons resultados, há sinais de que o desempenho do mercado de trabalho pode não ser tão forte nos próximos meses. É o que indicam, por exemplo, os dados do mercado formal de trabalho, divulgados ontem (veja texto nesta página).

Segundo especialistas, a política de controle da inflação, que mistura juros altos e restrições ao crédito, deve influenciar diretamente a geração de novos postos de trabalho no curto prazo. As 73 mil vagas perdidas no comércio e as 46 mil subtraídas do grupo outros serviços (alimentação, hospedagem e turismo, entre outros) nas seis regiões metropolitanas que compõem a pesquisa do IBGE (Recife, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) seriam os primeiros indícios desse movimento. No médio e no longo prazo, o que deve frear o crescimento do país – e, portanto, a geração de empregos – é a falta de uma política de investimentos e de desoneração que freia o crescimento do país.

Sem qualidade

“Se vemos os números apenas com olhos quantitativos está tudo ótimo. Mas, se observarmos que a maior geração de trabalho ainda está em funções que não exigem qualificação e que pagam pouco, aumentando a rotatividade, vemos que o Brasil ainda está longe de uma economia sustentável”, avalia Ruy Quintans, professor do Ibmec-RJ.

Segundo o economista Gilmar Mendes Lourenço, diretor-presidente do Iparde, o cenário atual do mercado de trabalho é de desaceleração, mas não de recuo. "Os empresários sabem que a política de juros e contenção da inflação tem um prazo. Sabem que não têm por que demitir agora se, no fim do ano ou início de 2012, precisaram novamente de mão de obra", explica.

Longo prazo

Os dois analistas lembram que sem as reformas tributária, fiscal e trabalhista, que há tempos são pedidas pelo setor industrial, a economia simplesmente não vai crescer mais que 4% ao ano. A taxa de investimentos do país está em cerca de 18% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 25% tidos como necessários para sustentar uma expansão do PIB de 5% ao ano. Ao mesmo tempo, a carga tributária do país passa de 35% do PIB, contra uma média de 25% dos países emergentes. "Só mudanças profundas, como a redução dos impostos e da taxa de juros, é que farão o país crescer a patamares maiores", frisa Lourenço.

OS CINCO MAIS

Veja quais áreas mais puxaram a criação de vagas em junho:

Setor	Postos
Agropecuária	75.277
Serviço	53.543
Construção civil	30.531
Comércio	29.967
Indústria da transformação	22.618

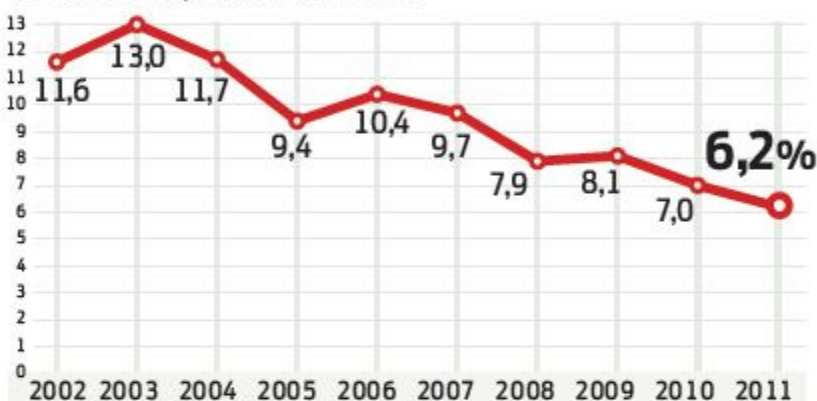
Fonte: MTE/Caged.

EVOLUÇÃO

O mês de junho foi bom para o mercado de trabalho, segundo o IBGE. A taxa de desemprego de 6,2% é a menor do mês na série histórica, e o rendimento médio subiu em cinco das seis regiões metropolitanas pesquisadas.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Nos meses de junho, desde 2002



Nos últimos 12 meses



RENDIMENTO MÉDIO A PREÇOS DE JUNHO DE 2011

capital	jun. 2010 (R\$)	jun. 2011 (R\$)	variação (%)
Recife	1.083,86	1.079,30	-0,4
Porto Alegre	1.510,92	1.548,40	2,5
São Paulo	1.650,59	1.692,50	2,5
Salvador	1.253,04	1.311,70	4,7
Curitiba*	1.588,27	1.671,40	5,2
Rio de Janeiro	1.544,32	1.628,30	5,4
Belo Horizonte	1.422,60	1.553,40	9,2
TOTAL	1.517,78	1.578,50	4,0

*Dado da PME do Iparde. Em relação a maio, o rendimento subiu em todas as regiões, com exceção do Rio de Janeiro, onde o número caiu 3,4%.

Geração de vagas formais já está menor

20/07/2011- Gazeta do Povo

Depois de abrir cerca de 252 mil vagas formais em maio, o Brasil gerou 215 mil empregos com carteira assinada em junho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além de ser menor que o do mês anterior, o resultado também ficou abaixo do registrado no mesmo período de 2010 – quando haviam sido geradas 257 mil novas vagas – e do recorde para o mês, alcançado em 2008 (345 mil vagas).

No acumulado de 2011, o desempenho do mercado formal também está mais fraco: o total de novos empregos ficou em 1,415 milhão, contra 1,473 milhão nos primeiros seis meses do ano passado.

Governo prepara “Simples para Domésticas”

O Ministério do Trabalho deve finalizar a proposta do “Simples para Domésticas” até o fim do mês, segundo o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. O projeto tem o objetivo de simplificar e diminuir os tributos pagos na contratação de empregadas domésticas com registro em carteira. Como a proposta é baseada no Simples Nacional, regime de tributação específico para micro e pequenas empresas, também ganhou o apelido de “Simples”.

De acordo com Lupi, entre agosto e setembro o projeto será enviado aos Ministérios da Previdência Social e da Fazenda. A ideia é que essas pastas calculem o impacto que ele terá nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “[A proposta] está praticamente pronta, agora eu vou levar para conversar com a Previdência e com a Fazenda. Da minha parte, até o final do mês eu já termino. Aí eu vou pedir uma audiência com o ministro da Previdência [Garibaldi Alves Filho], para fazer os quadros comparativos com ele e depois o mesmo eu quero fazer com a Fazenda”, declarou Lupi.

Direitos

No mês passado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a concessão dos mesmos direitos básicos aos trabalhadores domésticos em relação a outros profissionais. O Brasil votou a favor dessa equiparação.

Os números do Paraná também vêm piorando. O mercado formal criou 6,8 mil vagas no mês passado, contra 16,8 mil em maio e 10,5 mil em junho de 2010. De janeiro a junho, foram gerados 98,9 mil empregos no estado; em igual período do ano passado, haviam sido quase 101 mil.

Enquanto o ministro Carlos Lupi diz acreditar que a meta de 3 milhões de empregos para este ano é factível, analistas apontam para uma desaceleração do mercado de trabalho, até porque os números de 2011 têm sido menores que os de 2010, ano em que foram criados 2,5 milhões de empregos.

Para o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, os números podem indicar que o mercado formal brasileiro chegou a um limite. “O mercado de trabalho é o último a sofrer ajustes, tanto para cima como para baixo. Os

sinais de desaceleração ainda são muito tênues, mas acho que chegamos num ponto máximo de expansão do emprego”, avalia.

Segundo ele, maio e junho são, normalmente, os melhores meses para a agropecuária, e a tendência, agora, é que os números diminuam. O setor foi o principal contratador do mês, com 75.277 vagas, geradas, principalmente, nas regiões Sudeste (55.097) e Nordeste (14.137) do país. “Pelo segundo mês consecutivo, as contratações na agricultura vieram muito fortes. Maio e junho são, tradicionalmente, os meses mais favoráveis para o segmento. Considerando que esse é o pico da agropecuária e que os demais setores já vêm desacelerando, devemos ver números mais modestos no Caged a partir de agora.”

Segundo Gonçalves, essa desaceleração do mercado de trabalho já está na conta do Banco Fator, que prevê um crescimento do PIB de apenas 3,4% e uma inflação medida pelo IPCA de 6,1% neste ano. “Quem trabalha com um número do PIB mais próximo de 4% pode ter que ajustar suas projeções se essa desaceleração do mercado de trabalho realmente prosseguir”, afirmou.

Paraná

No Paraná, o setor de serviços foi o grande gerador de novos postos de trabalho formais em junho, com mais de 40% das novas vagas (2.911 postos), seguido da indústria (1.950) e do comércio (1.428). Por aqui, a agropecuária ficou com um saldo de apenas 52 postos.

Chery investe US\$ 400 mi em fábrica no Brasil

20/07/2011- Gazeta do Povo

Jacareí - A Chery Automobile, maior montadora independente da China, lançou ontem, em Jacareí (a 91 quilômetros de São Paulo), a pedra fundamental para o início das obras de sua fábrica brasileira, que deve custar US\$ 400 milhões e ficar pronta em dois anos. O início das operações está previsto para setembro de 2013, com a produção inicial de 50 mil a 60 mil unidades por ano, de dois modelos compactos. Até 2016, o plano é atingir 150 mil veículos por ano.

Esta é a primeira fábrica de automóveis de uma montadora chinesa instalada fora da China. “A marca tem 12 fábricas fora da China, mas todas executam apenas a montagem de peças, no processo conhecido por CKD. A fábrica de Jacareí será a primeira a produzir, de fato e em larga escala, os veículos”, conta Luis Curi, executivo-chefe da Chery do Brasil.

A razão dessa decisão está no mercado brasileiro. Com o consumo de automóveis ultrapassando a casa dos três milhões ao ano, o Brasil apresenta um grande potencial de crescimento para o setor automotivo, diz Curi. “Depois que iniciamos a comercialização de nossos produtos no país, tivemos uma grande aceitação de mercado, o que aumentou consideravelmente as vendas. A instalação de uma fábrica suprirá essa demanda, que segue em constante ascensão.”

Inicialmente, será produzido o modelo que é conhecido por A13 em outros países, mas que aqui terá o nome de Fulwin e será fabricado nas versões hatch e sedã. O compacto S18 poderá ser o segundo modelo a entrar na linha de produção.

A área escolhida para a implantação da fábrica tem 1 milhão de metros quadrados, sendo que 400 mil serão utilizados nessa primeira etapa de construção. A unidade deve gerar 1,2 mil novos empregos já no início da produção, número que deve crescer para 4 mil quando a capacidade máxima da linha de montagem for alcançada.

A Chery estreou no Brasil em 2009, com o utilitário esportivo Tiggo. De lá para cá, já foram apresentados outros veículos – Face, Cielo (hatch e sedã) e o pequeno QQ. Em 2010, a marca vendeu quase 10 mil carros, e em 2011 deve fechar o ano com 25 mil unidades comercializadas. A Chery tem hoje 80 concessionárias, em todas as unidades da federação.

Nacionalização

A Chery lançou sua fábrica com a promessa de usar 30% de componentes brasileiros na produção dos veículos. No médio prazo, os veículos serão montados com até 50% de componentes nacionais, diz a empresa. A Chery estima que 80% dos carros devem ter como destino o mercado local. Os demais serão exportos para a América Latina.

O jornalista viajou a convite da Chery

PetroChina faz acordo para fábrica no país

20/07/2011- Gazeta do Povo

Rio de Janeiro - Unidade da PetroChina especializada na fabricação de equipamentos empregados na atividade petrolífera, a Baoji Oilfield Machinery uniu-se em uma joint venture às empresas brasileiras Brasil China Petróleo e Asperbras, para o fornecimento de maquinário destinado às perfurações oceânica (offshore) e terrestre (onshore).

Pelo acordo recém-firmado, a nova empresa, batizada de Bomcobras Negócios e Equipamentos para Petróleo e Gás S/A, deverá entrar em operação em outubro próximo, no município baiano de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador.

A composição da joint venture será de 34% para a PetroChina e de 33% para cada uma das companhias brasileiras coligadas. O capital inicial, a ser integralizado nos próximos dias, somará US\$ 15 milhões: US\$ 5,1 milhões da Bomco, US\$ 4,95 milhões da Asperbras e US\$ 4,95 milhões da BRCP.

De acordo com o comunicado divulgado ontem pela petroleira chinesa, essa é a primeira aliança para o fornecimento de equipamentos da atividade do petróleo firmado por ela com empresas brasileiras.

Maior companhia petrolífera da China, a PetroChina é subsidiária da China National Petroleum Corporation (CNPC), uma das três grandes petrolíferas semi-estatais chinesas.

Em janeiro de 2010, ela foi considerada pela Ernst & Young (companhia líder global em auditorias, consultorias e transações corporativas) como a empresa de maior valor de mercado do mundo.

O diretor da Asperbras, Francisco Colnaghi, integrante da futura diretoria da Bomcobras, informou que, inicialmente, a nova companhia empregará cem trabalhadores, de engenheiro e vendedores.

BC deve subir juro hoje, e em agosto também

20/07/2011- Gazeta do Povo

São Paulo - Além de elevar os juros em 0,25 ponto porcentual, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve repetir hoje a expressão "período suficientemente prolongado" no comunicado divulgado após a reunião, para manter aberta a possibilidade de um novo aumento na reunião de agosto. Atualmente, a Selic, taxa básica de juros do país, está em 12,25% ao ano.

"O BC precisa continuar recuperando sua credibilidade, inclusive para voltar a ancorar as expectativas para o IPCA [índice "oficial" de inflação]. A mensagem que precisa passar aos agentes econômicos é que o combate à inflação será mantido até quando for necessário", disse Juan Jensen, sócio da consultoria Tendências.

José Márcio Camargo, professor da PUC-RJ e economista da Opus Gestão de Recursos, espera que o comunicado tenha poucas mudanças em relação ao da última reunião. "Há uma desaceleração lenta da economia doméstica, numa conjuntura marcada por mercado de trabalho muito pressionado e demanda aquecida", explicou.

Na avaliação de Juan Jensen, mais três altas da Selic de 0,25 ponto porcentual são necessárias para tentar o controle da inflação. A Tendências estima que o IPCA deve encerrar em 6,6% neste ano. "Seria muito ruim para a presidente Dilma Rousseff e para o presidente do BC, Alexandre Tombini, encerrar o primeiro ano de governo com a inflação acima do teto da meta de 6,5%."

Macroprudenciais

Braulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores, espera que o IPCA fique em 6,1% neste ano, marca distante do centro da meta de 4,5%, mas pondera que alguns elementos domésticos e externos podem colaborar para que o aperto de juros não seja ainda maior no decorrer do ano.

Borges avalia que o BC está esperando aferir os impactos das chamadas "medidas macroprudenciais", que buscam conter o avanço do volume de dinheiro em circulação na economia e diminuir, assim, a necessidade de alta de juros. Segundo ele, as medidas macroprudenciais evitaram que o BC precisasse subir a Selic em cerca de dois pontos percentuais até agora.

Para Borges, o PIB está em plena desaceleração, pois, na margem, subiu 1,3% no primeiro trimestre e deve apresentar uma alta de 0,7 entre abril e junho. "Como pode ser que ocorra um enfraquecimento expressivo do nível de atividade dos EUA e da Europa no curto prazo, isso pode tirar força da economia do Brasil. E a adoção de uma política monetária muito forte nesse contexto internacional tão incerto poderia provocar um desaquecimento muito grande do país."

Eleição tem pedidos de impugnação

20/07/2011- Gazeta do Povo

Terminou ontem o prazo para que as duas chapas inscritas para disputar a eleição da presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), marcada para 3 de agosto, registrassem eventuais pedidos de impugnação. A entidade confirmou que dezenas de pedidos foram protocolados, mas não soube informar o número exato, nem o teor de cada um. Segundo a Fiep, como o ingresso dos processos ocorreu no fim do prazo, o departamento jurídico da entidade precisava analisá-los. Detalhes quanto ao número e o teor devem ser divulgados hoje.

De acordo com a assessoria da chapa de oposição Nova Fiep, liderada pelo secretário de Estado licenciado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, 40 pedidos de impugnação foram protocolados contra a chapa da situação Fiep Independente, que tem a frente o empresário Edson Campagnolo. Os pedidos foram feitos pelos Sindicatos da Construção Civil do Noroeste e da Indústria de Produção de Biodiesel.

Destes, 37 são individuais e alegam problemas na documentação dos integrantes da chapa Fiep Independente. Outro é contra a chapa de uma forma geral e os demais são relacionados a não aprovação das contas do Sesi/Senai por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), campanha eleitoral antecipada e abuso de poder político e econômico – esses pedidos já haviam sido protocolados no último dia 8, fim do período de inscrição das chapas. De acordo com o regulamento eleitoral da Fiep, caso mais de um terço da chapa inscrita – 19 integrantes – sofra impugnação, o registro é cancelado e é vetada a sua participação na disputa.

A chapa Fiep Independente protocolou apenas um registro de impugnação, contra a candidatura de Ricardo Barros. Segundo a assessoria jurídica, o pedido é baseado no regulamento eleitoral da entidade e alega que Barros teve má conduta em pelo menos três decisões do colegiado. Barros é vice-presidente da Federação.

Prazos

A comissão eleitoral da Fiep tem 48 horas para notificar as chapas em relação aos pedidos de impugnação. A partir deste momento, os candidatos têm 48 horas para apresentar suas defesas. O mérito será analisado pela diretoria da federação. Caso os envolvidos não concordem com alguma das decisões, cabe recurso. Neste caso, o conselho de representantes da entidade, formado pelos 99 sindicatos patronais, é convocado para analisar o caso e dar um parecer. Também existe a possibilidade dos candidatos ingressem com pedidos na justiça comum.

Desoneração não sai logo, diz Receita

20/07/2011- Gazeta do Povo

O secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, informou ontem que não tem indicativo de que será iniciado em breve a desoneração da contribuição ao INSS que incide sobre a folha de salários das empresas. Segundo ele, os estudos técnicos já foram entregues pelo Fisco ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a decisão, agora, é política. A presidente Dilma Rousseff gostaria de anunciar a medida com a nova política industrial do governo, no início de agosto. Mas um impasse entre a área econômica e o Ministério da Previdência Social está emperrando a conclusão da

proposta. Barreto disse que será preciso criar uma nova contribuição, sobre o faturamento das empresas, para fazer a desoneração da folha sem perda de arrecadação.

Portos do litoral fecham o semestre com alta de 13% na movimentação geral

20/07/2011- Gazeta do Povo

A movimentação de mercadorias pelos portos de Paranaguá e Antonina cresceu 13% no primeiro semestre de 2011. Foram 19,9 milhões de toneladas movimentadas nos seis primeiros meses do ano, contra 17,68 milhões de toneladas no mesmo período do ano passado. A receita cambial gerada pelas exportações realizadas pelos portos foi de US\$ 8,15 bilhões, registrando aumento de 21% em relação à receita registrada no mesmo período do ano anterior.

De acordo com o superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Airtton Maron, o bom desempenho dos portos paranaenses no primeiro semestre é fruto da otimização da estrutura existente. "Estamos trabalhando na busca de recursos para os projetos de expansão, mas, ao mesmo tempo, temos buscado otimizar as estruturas existentes para aumentar a movimentação, apesar das dificuldades. E temos conseguido isso através do diálogo e do compromisso com a evolução dos portos paranaenses", disse.

A exportação de grãos sólidos cresceu 7% no primeiro semestre, fechando em 9,42 milhões de toneladas exportadas. Considerando apenas a soja, o aumento foi ainda maior: 15% em relação a 2010, fechando o semestre com 3,95 milhões de toneladas exportadas. A exportação de açúcar também foi destaque no semestre, alcançando aumento de 22% em relação ao mesmo período do ano passado, com 1,58 milhão de toneladas exportadas.

A importação de fertilizantes também apresentou bom desempenho no semestre. O Porto de Paranaguá continua na liderança nacional na importação do produto, sendo responsável por 44% da importação brasileira de fertilizantes. De janeiro a junho, foram 4,63 milhões de toneladas movimentadas, registrando aumento de 49% em relação ao movimentado em 2010.

A movimentação de veículos registrou alta de 38% nos primeiros seis meses do ano. O Porto de Paranaguá movimentou, até junho de 2011, 95,2 mil unidades de veículos. Em 2010, no mesmo período, foram 68,8 mil unidades.

Liderança

Além da liderança nacional na importação de fertilizantes, o Porto de Paranaguá é líder entre os demais portos brasileiros na exportação de farelo de soja. Sozinho, o porto paranaense é responsável por 37% das exportações do produto. Já considerando as exportações de soja, milho, açúcar e trigo, o Porto de Paranaguá ocupa a vice-liderança nacional sendo que 21% das exportações de soja brasileira saem pelo terminal; 20% do milho; 17% do açúcar e 24% do trigo.

Paraná criou 6,7 mil empregos celetistas em junho, aponta Caged

20/07/2011- O Estado do Paraná

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) revelou que no Paraná, durante o mês de junho deste ano, foram criados 6.777 empregos celetistas, equivalente ao crescimento de 0,27% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior. As informações fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta tarde pelo Ministério.

Segundo o cadastro, o Paraná apresentou o melhor desempenho da região Sul. Os setores de atividade que mais contribuíram para este resultado foram Serviços (3.469 postos), Indústria de Transformação (2.810 postos), Agropecuária (1.819 postos) e Construção Civil (1.259 postos).

Curitiba apontou uma variação de 0,26% nas admissões e demissões em junho. Segundo o Caged, 36.532 pessoas conseguiram um emprego com carteira assinada. Por outro lado, 34,669 foram demitidas, o que gera um saldo de 1.863 novos empregados.

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) registrou acréscimo de 2.928 empregos formais em relação ao mês anterior ou (0,29%).

Após Curitiba, Paranaguá, Maringá, e São José dos Pinhais foram as cidades com maior saldo. São 441, 415, 327 novos empregados, respectivamente.

Entre as cidades com mais de 30 mil habitantes avaliadas pelo Caged no Paraná, apenas Piraquara registrou variação negativa. Na cidade, localizada na RMC, a variação foi de -0,03, o que representa duas pessoas desligadas de seus postos de trabalho.

Brasil

Em âmbito nacional, o MTE apontou que o volume de empregos criados com carteira assinada atingiu um total líquido de 215.393, já descontadas as demissões. Este foi o segundo melhor resultado para o mês da série histórica do Caged. A série do Caged teve início em 1992, mas os ajustes foram realizados a partir dos dados de 2002. O resultado do mês só foi inferior ao do verificado em junho de 2008 (309.442 postos), avaliado como "excepcional" pela pasta.

Os dados de junho deste ano refletem, de acordo com o ministério, o "bom dinamismo do mercado de trabalho". O número de admissões do mês passado foi de 1.781.817, enquanto as demissões somaram 1.566.424. Nos dois casos, o resultado é o maior para o mês em questão. Em 12 meses, a criação de vagas com carteira assinada no País, já descontadas as demissões, soma 2.249.365.

De janeiro de 2003 - primeiro ano do governo Lula - até junho de 2011, foram criados no País 16.799.102 postos de trabalho formais.

Indicador sobre as mulheres ajudará nas negociações trabalhistas

20/07/2011- O Estado do Paraná

A cada 100 mulheres com 16 anos ou mais, menos de 60 (58,8) são economicamente ativas. Entre os homens, o número beira os 82 (81,5%). A diferença entre as taxas de participação, recolhidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um dos indicadores que denuncia a diferença das oportunidades entre os gêneros e das responsabilidades atribuídas culturalmente à população feminina como o cuidado dos filhos, da casa e dos idosos da família. Tais números foram reunidos pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República, e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Anuário das Mulheres Brasileiras, lançado nesta terça-feira (19) em todo o País.

Os dados são provenientes, em grande parte, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Relação Anual de Informações Sociais (Rais), entre outras estatísticas compiladas pelo Dieese. Além das questões econômicas relacionadas à mulher – trabalho doméstico, contribuição previdenciária e diferença salarial – o estudo apresenta informações sobre educação e violência.

Para Maria Donizete, mulheres devem estar presentes nas forças sindicais.

Em Curitiba, uma das coordenadoras do trabalho e economista do Dieese Nacional, Patrícia Lino Costa, destacou alguns dados e disse que o objetivo do Anuário é contribuir para as negociações trabalhistas, sobretudo, para aquelas categorias que contam com convenções coletivas e que, por isso, anualmente reavaliam as condições do trabalhador.

“Temos que preparar melhor as mesas de negociações, ao mesmo tempo em que o material também serve para embasar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e coerentes com a realidade da mulher brasileira, que representa mais de 51% da população do país, sendo que 35,1% delas são chefes de família, ou seja, um universo de 22 milhões de brasileiras”, justificou.

Nesse sentido, a vice-presidente da Força Sindical do Paraná, Maria Donizete Teixeira Alves, reforçou a necessidade da mulher ampliar sua presença nos cargos mais elevados na hierarquia dos movimentos sindicais. “Começamos a preparar as mulheres dos sindicatos filiados à Força, pois o terreno sindical ainda é masculino, assim como na política e, só as mulheres, que poderão pautar as suas necessidades que, de certa maneira, abrangem questões importantes da sociedade como família e a formação dos jovens”, disse a vice-presidente.

Embora seja crescente a evolução da participação feminina no mercado de trabalho, 58,8% das mulheres acima de 16 anos são ativas e 52,7% acima de 10 anos respondem pela taxa de atividade conforme o Índice de População Economicamente Ativa (IPEA), é incerto que os percentuais femininos consigam alcançar os masculinos, 72,3% (acima de 16 anos) e 81,5% (acima de 10 anos).

“Não conseguimos fazer essa leitura. Porém sabemos da dupla jornada da mulher, que levou oito anos para reduzir 4,6 horas e ficar em 22 horas o tempo dedicado ao lar. Fora a baixa infraestrutura do equipamento social, no qual apenas 18,3% das crianças até três anos são atendidas por creches”, sinaliza a economista do Dieese.

"Tudo isso permeia o compartilhamento de responsabilidades do casal", ressalta Patrícia. "A sociedade, por sua vez, deve levar em conta o grande argumento que é a questão da reprodução da vida", arremata a coordenadora do Programa Incentivo à Equipe de Gênero da Itaipu Binacional, Maria Helena Guarezi.

Empresa individual de responsabilidade limitada é um avanço da legislação nacional

20/07/2011- O Estado do Paraná

Faz tempo que há um movimento de juristas e empresários para limitar a responsabilidade do empresário individual. Com a criação de sociedades que conferem aos sócios tal limitação, passou-se a questionar a razão pela qual seria necessário ter um sócio para obter tal resultado.

Em muitos países - e ao que sei o primeiro deles foi a Alemanha - passou-se a admitir que a sociedade limitada, uma vez constituída com dois ou mais sócios, prosseguisse, daí por diante como um ente distinto deles e sobrevivesse mesmo tendo um único sócio em seu quadro social. Surgiu, assim, a chamada *sociedade unipessoal*. Após certo tempo, foi consagrada legislativamente a constituição de sociedade limitada com apenas um sócio. Aponto o exemplo da França, que editou uma lei específica com essa finalidade. Aqui no Brasil surgiram várias tentativas para criar a sociedade unipessoal (apesar da antinomia que apresenta a junção desses vocábulos na expressão). E ela acabou sendo introduzida no ordenamento jurídico nacional pela Lei das Sociedades por Ações, em 1976 - porém, sob a exigência de ser uma sociedade anônima, cujas ações pertençam todas a uma sociedade brasileira (a chamada *subsidiária integral*). Também era e é comum encontrar entre nós sociedades que, por motivos vários (retirada, falecimento, exclusão de sócio etc.), reduziram seu quadro social a único sócio, autorizando a lei que tal situação permaneça, desde que, no interregno de seis meses, seja restaurada a pluralidade de sócios. Paralelamente, muitos empresários, preocupados em limitar sua responsabilidade pessoal à vista dos riscos que a atividade econômica acarreta, têm logrado seu intento pela constituição de sociedades fictícias, na qual possuem praticamente a totalidade do capital social, cedendo uma parcela mínima a uma outra pessoa, exclusivamente para preencher o pressuposto de um mínimo de dois sócios. (Essa aberração é possível no Brasil por não haver limite mínimo de capital nem de participação em sociedades limitadas.)

Vários projetos foram e têm sido apresentados ao Congresso Nacional para adoção da sociedade unipessoal, não como novo tipo, mas como espécie de sociedade limitada. O texto mais importante foi o do anteprojeto, encomendado pelo Governo Federal e elaborado por uma comissão de juristas capitaneada pelo professor Jorge Lobo, que estabelecia novo regime jurídico para as então denominadas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no qual havia a opção de ser ela constituída com um só sócio, mediante certas condições. A iniciativa foi arquivada com a promulgação do Código Civil em 2002.

A Lei 11.441, publicada no último dia 12 para entrar em vigor em janeiro do próximo ano, consagra essa idéia. No entanto, não segue a mesma linha, pois, afastando a contradição dos termos, cria, não uma sociedade, mas a denominada *empresa individual de responsabilidade limitada* (abreviadamente, EIRELI - sigla que não surpreenderá se inspirar sua adoção como mais um dos tantos nomes civis hoje em moda). A orientação adotada parece aproximar-se do modelo de Portugal, onde o legislador, refratário à idéia de criação da sociedade unipessoal, adotou o denominado "*estabelecimento comercial de responsabilidade limitada*".

A nova figura objetiva possibilitar ao empresário a redução dos riscos que a atividade econômica produz e que são, em muitos ramos de negócio, bastante elevados.

Para tanto, o empresário deve seguir os mesmos passos que são previstos para obter o registro de sua empresa individual. Todavia, a empresa individual de responsabilidade limitada, diferentemente do modelo tradicional, deve possuir um capital mínimo de valor igual ou equivalente ao de 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no Brasil - algo próximo a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) -, identificar-se com a sigla EIRELI, posposta ao nome civil do empresário para a formação de sua firma ou razão social e se submeter ao regime jurídico das sociedades limitadas, no que este for com ela compatível. O capital mínimo é importante para evitar que sejam criadas empresas fantasmas; a determinação de que figure no nome empresarial a expressão "EIRELI" também é necessária, não só para diferenciar a empresa individual de responsabilidade limitada das outras, que não gozam dessa opção, como para se apresentar perante aqueles com quem contrata, dando-lhes ciência do regime jurídico a que está sujeita.

A empresa individual assim constituída adquire personalidade jurídica, por opção do legislador, com sua inscrição na Junta Comercial do local onde possuir sua sede e, com isso, passa a ter patrimônio próprio, distinto do patrimônio do seu titular, cuja responsabilidade pessoal fica limitada ao montante do capital que a ela for atribuído, até sua completa realização. Uma vez integralizado esse capital, o titular da firma individual não tem mais nenhuma outra obrigação a cumprir perante sua empresa nem para com os credores dela.

As obrigações contraídas pela empresa individual de responsabilidade limitada são de exclusiva responsabilidade dela. Se não possuir patrimônio suficiente para saldá-las, torna-se insolvente e se sujeita ao regime falimentar, respondendo por suas dívidas, exclusivamente, o patrimônio que então tiver, angariado e defasado ao longo de sua existência. Seu titular só responderá pelas dívidas sociais se ficarem provadas as situações que levam à desconsideração da pessoa jurídica (uso da empresa para fins diversos daqueles que nortearam sua constituição) ou por atos ilícitos que tenha cometido no exercício da administração dela (como o são aqueles que envolvem subtração de recursos superiores aos lucros produzidos, o não recolhimento de valores retidos dos empregados e assim por diante). Embora deva ser assim relativamente a qualquer obrigação que resulte da atuação da empresa individual de responsabilidade limitada, pode-se antever que a Justiça do Trabalho tenderá a ignorar olímpicamente essas disposições da lei civil para atingir o patrimônio pessoal do seu titular na satisfação dos débitos e encargos trabalhistas.

Com a criação desse novo tipo de empresa podem ser evitadas as sociedades fantasmas (ou reduzido seu uso), constituídas, como já dito, por um único sócio, tendo outro ou outros apenas formalmente no papel e com participação exígua em seu capital social.

Há, como em toda lei, várias incongruências, dentre elas a alusão a capital social, quando na verdade, não há capital social, mas capital destinado à formação do patrimônio da empresa individual personificada, ou, ainda, a referência à denominação que não pode ser utilizada por essa figura como nome empresarial e assim por diante. Mas, certamente, ela trará maior tranquilidade e segurança para os empresários que optarem pelo modelo.

Aliás, se um empresário constituir uma empresa dessa natureza, não pode ter outra semelhante, o que significa que a lei lhe permitiu cindir seu patrimônio para o fim de exercer atividade econômica por uma única vez.

Alfredo de Assis Gonçalves Neto é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, da qual foi diretor no período de 1989 a 1992. Foi professor da mesma instituição, onde lecionou as disciplinas de Direito Comercial nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná no biênio 1985/1986 e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, no triênio 1995/1997. Foi conselheiro federal da OAB no biênio 1993/1994 e no triênio 1998/2000.

Ser a Petrobras do setor ainda é sonho para a Eletrobras

20/07/2011- Valor Econômico

Quatro meses depois de assumir o cargo, o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, sabe que tem muito a fazer para transformar a empresa na "Petrobras do setor elétrico", como anunciado na administração passada. A empresa ainda tem valor de mercado equivalente a apenas 36% do seu patrimônio, no caso das ações ordinárias, e 45% no caso das preferenciais. Carvalho Neto conhece os problemas, muitos dos quais atribui ao fato de não ter as liberdades da Petrobras, como a liberação da Lei das Licitações (Lei 8.666), e o peso de ser parte do cálculo de superávit primário do Tesouro, o que limita investimentos. Desse último a empresa já conseguiu se liberar, mas a proposta ainda não foi regulamentada.

No ainda longo caminho para transformar a Eletrobras, Carvalho Neto menciona as medidas para a unificação da gestão das subsidiárias, que seu antecessor já chamou, em tom de brincadeira, de "descontroladas" da Eletrobras. As subsidiárias Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, só para citar as maiores, sofrem grande influência política regional e só agora terão o mesmo estatuto e serão obrigadas a agir segundo a holding.

São coisas difíceis de imaginar em se tratando de uma companhia aberta, que negocia ADRs nível 2 na Bolsa de Nova York. Somente na gestão de José Antonio Muniz Lopes, que agora é diretor de transmissão da estatal, o problema começou a ser resolvido com a negociação de um estatuto único. Carvalho Neto agora garante que todas as empresas vão ter o mesmo estatuto, com uma política de cargos e de remuneração válida para todas.

O executivo enumera uma série de amarras das quais a companhia está, aos poucos, se livrando. Exemplo é a geração de energia na região Norte, onde a empresa arcava com os custos de geração que superavam a receita obtida do governo com a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), um dos muitos encargos setoriais que são pagos por todos os consumidores de energia.

"A CCC antes só pagava o óleo. Hoje paga a diferença entre o custo que se tem lá e o custo aqui no Sudeste, que antes era carregado na Eletrobras", explica. Outra fonte de prejuízos é a energia nuclear, cuja tarifa não representava o custo efetivo de geração. A diferença ficava na Eletrobras e agora o valor será negociado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Também mudou a forma de contabilizar os empréstimos da holding para as coligadas, o que foi possível com planejamento tributário.

As seis distribuidoras federalizadas também vão ter modelo modificado. Antes tinham a gestão centralizada, mas agora a decisão é nomear um diretor de operações para cada uma delas. "O modelo mostrou que é importante ter o cara da operação no local. E é isso que vamos fazer. O cara da operação vai estar no local", afirmou o executivo,

ressaltando que o responsável pela operação terá cargo de diretoria. "Será um cara técnico, totalmente técnico", acrescentou. "Vamos tornar todas rentáveis".

O presidente da Eletrobras lista o que chama de quatro grandes problemas comuns a essas distribuidoras estaduais federalizadas, responsáveis por um passivo a descoberto de R\$ 735 milhões, segundo o último balanço disponível. Perdas regulatórias maiores que a Aneel exige, o que faz com que a diferença saia do bolso do acionista; custo excessivo causado por geração cara sem o benefício da CCC; inadimplência acima da média; e custo operacional excessivo que não é repassado para a tarifa. O quarto problema citado é a comparação com a empresa de referência que, segundo Carvalho Neto, tem tarifas menores que as desejadas pelas distribuidoras. "Temos de ter competência para mostrar isso para a Aneel", afirma.

A Eletrobras tem um plano estratégico que, além do aumento das sinergias entre suas controladas e coligadas, pretende transformar a companhia na maior empresa de energia elétrica de fontes renováveis do mundo até 2020, com rentabilidade coerente com as das maiores do setor. Não vai ser fácil, e ele mesmo admite.

"O lucro líquido pelo patrimônio é pequeno e isso faz com que valor de mercado da empresa, medido em relação ao patrimônio líquido, seja menor do que deveria ser. Então, temos necessariamente que melhorar isso", destaca Carvalho Neto. "Precisamos aumentar a receita e diminuir custos. O que pretendemos realmente é fazer todas as ações que podemos para reduzir custos e termos projetos cada vez melhores", acrescenta.

Entre os projetos para redução de custos está um programa de desligamento voluntário que pretende reduzir em 400 o atual número de 1,4 mil funcionários da holding. Argumentando que há setores da Eletrobras com excesso e outros com carência de funcionários, Carvalho Neto se apressa em garantir que "não tem demissão" e que há estudos para implementar projeto semelhante nas controladas.

Quando questionado sobre as disputas entre empresas do mesmo grupo em consórcios diferentes para disputar concessões de hidrelétricas em leilões do próprio governo, o presidente da Eletrobras escapa da pergunta ao responder que todos os leilões são coordenados pela holding. Segundo ele, as empresas só vão disputar entre si quando forem formados dois grupos, justamente o que aconteceu nos últimos leilões de grande porte.

A estatal está no momento preparando seu plano decenal de investimentos. Carvalho Neto diz que o trabalho já está adiantado e estão sendo analisados todos os aspectos relacionados aos negócios da Eletrobras. E cita como exemplo o vencimento das concessões das hidrelétricas e o impacto disso sobre os investimentos. Ainda sem decisão do governo sobre o tema - as usinas podem ter concessão renovada ou serem relicitadas - a estatal está utilizando diversos cenários.

Crédito deve ganhar força no 2º semestre

20/07/2011- Valor Econômico

Apesar do novo aumento da Selic esperado para hoje, especialistas projetam um desempenho mais vigoroso da oferta de crédito nos próximos meses em comparação com a primeira metade de 2011. Boa parte dos efeitos do pacote de medidas macroprudenciais definidas pelo Banco Central (BC) desde novembro já foi absorvido,

especialmente no primeiro trimestre, o que daria fôlego para uma pequena recuperação das concessões.

Economistas da consultoria Tendências projetam uma expansão (deflacionada) do estoque de crédito para pessoas físicas de 7,4% em 2011. Até maio, esse crescimento havia sido de 2,1%. "Nossa expectativa é a mesma desde o início do ano", ressalta Alessandra Ribeiro. A estimativa de crescimento no segundo semestre, embora em ritmo superior ao da primeira metade do ano, apresenta uma ligeira desaceleração em relação a 2010, quando o saldo subiu 12,5% em relação a dezembro de 2009.

Historicamente, o segundo semestre costuma apresentar um ritmo mais forte de concessões de crédito do que o primeiro - à exceção de 2008, quando a relação foi invertida no rastro da crise financeira mundial. Se a tradição for confirmada neste ano, é provável que a expansão nominal do crédito em 2011 supere a estimativa do BC de uma alta de 15%. "O recente aumento de inadimplência e a elevação da Selic poderiam conter um pouco o ritmo das concessões, mas as condições do mercado de trabalho e da economia de modo geral seguem positivas", diz Jayme Alves, economista da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A elevação de requerimento de capital para empréstimos de longo prazo a pessoas físicas e do recolhimento compulsório, medidas adotadas pelo BC em dezembro, teve efeito imediato no crédito. Segundo Roberta Veiga, economista da Tendências, o pico ocorreu em março, quando a média móvel de concessões para pessoas físicas (calculada com base nos meses de março, fevereiro e janeiro) sofreu queda de 1,7%.

Mas a força de tais medidas acaba sendo reduzida ao longo do tempo. "A concorrência estimula novas concessões e os bancos também acabam se ajustando ao cenário de maior requerimento de capital", observa Alves, da Febraban. Para Cristiano Souza, economista do Santander, as modalidades de fato afetadas foram aquelas alvo da exigência extra de capital - veículos e consignado. "A distorção foi que o consumidor migrou para linhas mais caras, como cheque especial e cartão."

Para a economista Thais Zara, da consultoria Rosemberg & Associados, a maior exigência de capital para operações de veículos e consignado apenas tirou do jogo as instituições menores. "No ano passado, as altas da Selic não surtiram efeito porque a concorrência estava muito intensa e, com as macroprudenciais, o BC limpou alguns canais (da oferta)". Para ela, a resiliência observada até aqui tem relação com a manutenção da renda, do mercado de trabalho aquecido e do ingresso de novos consumidores na economia, que repõem a massa de sobreendividados.

A partir de agora, Thais prevê que as taxas de crescimento fiquem muito próximas das observadas no segundo semestre de 2010. A projeção de crescimento nominal do saldo total de crédito entre 18% e 20% neste ano está mantida. "Qualquer impacto complementar virá pela defasagem do aumento do juro básico", diz.

Depois de um 2010 de expansão robusta, o freio até aqui teve mais relação com a inversão de um ciclo do que com as iniciativas de aperto do crédito, diz o vice-presidente de gerenciamento de risco do Citi, Victor Loyola. "O consumidor está mais endividado e com a inadimplência despontando os bancos estão mais cautelosos."

Wemerson França, da LCA, segue a linha do BC e acredita que o impacto das medidas tende a ganhar força no terceiro trimestre, principalmente por conta do efeito do aumento do compulsório sobre o estoque.

TRF amplia possibilidade de uso de créditos da Cofins

20/07/2011- Valor Econômico

Uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que abrange o sul do país, ampliou a possibilidade de utilização de créditos de PIS e Cofins, hoje não aceitos pela Receita Federal. Esse é o primeiro julgamento de segunda instância favorável aos contribuintes. Os desembargadores concederam a uma indústria de não tecidos o direito de usar créditos obtidos com serviços de logística de armazenagem, expedição de produtos e controle de estoques. O benefício seria de aproximadamente R\$ 700 mil.

A decisão, segundo advogados, é um importante precedente, principalmente para indústrias que não têm conseguido se valer de créditos de PIS e Cofins na aquisição de alguns bens e serviços inerentes à sua atividade. Isso porque a Receita tem dado uma interpretação mais restritiva sobre a utilização de créditos desses impostos.

As leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, que regulamentam o PIS e a Cofins, estabelecem que devem gerar direito ao crédito os bens e serviços utilizados como insumo na produção ou na fabricação de bens ou produtos destinados à venda ou na prestação de serviços. Porém, não definem o que seriam considerados insumos. Assim, o Fisco tem usado a definição prevista na lei do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, portanto, só permite a obtenção de créditos sobre valores gastos com o que a empresa usa ou consome diretamente na produção do bem ou prestação de serviço. No entanto, a decisão do TRF decidiu pela aplicação do conceito de insumo da legislação que regulamenta o Imposto de Renda (IR), muito mais amplo.

Para o relator, desembargador Joel Ilan Paciornik, que foi seguido pelos demais magistrados da 1ª Turma, a interpretação da Receita não seria a melhor. Segundo a decisão, "não há paralelo entre o regime não cumulativo de IPI/ ICMS e o de PIS/Cofins justamente porque os fatos tributários que os originam são completamente distintos". O IPI e o ICMS incidem sobre as operações com produtos industrializados, enquanto o PIS e a Cofins recaem sobre a totalidade das receitas. Não havendo assim, segundo a decisão, semelhança entre as operações.

Por isso, os desembargadores decidiram aplicar o conceito de insumo presente na legislação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) - Decreto nº 3.000, de 1999 -, mais próximo da natureza do PIS e da Cofins. "Sob essa ótica, o insumo pode integrar as etapas que resultam no produto ou serviço ou até mesmo as posteriores, desde que seja imprescindível para o funcionamento do fator de produção", afirma a decisão.

O acórdão também cita julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) no mesmo sentido, ao reconhecer a validade do conceito de insumo da legislação do Imposto de Renda. Os desembargadores, então, reformaram decisão de primeira instância, contrária ao contribuinte, e determinaram que a empresa seja restituída pelos créditos aos quais teria direito nos últimos cinco anos, quando não couber mais recurso. A decisão está prevista para ser publicada hoje no Diário Oficial.

Para o advogado da empresa, Marcelo Saldanha Rohenkohl, do Pimentel & Rohenkohl Advogados Associados, o resultado é uma vitória para os contribuintes. Até porque só havia decisões desfavoráveis à tese das empresas nos Tribunais Regionais Federais

(TRFs). Para ele, os julgamentos do Carf anexados no memorial contaram como precedentes para que os desembargadores aceitassem a argumentação.

A decisão do TRF foi vista como um alento aos contribuintes ao dar "condições mais justas para a utilização desses créditos", na opinião do advogado Maurício Faro, do Barbosa, Müssnich & Aragão. Para Maurício Barros, do Gaia, Silva, Gaede, a tese tem um impacto grande para diversas empresas que não conseguem se valer de seus créditos em razão de uma interpretação mais restritiva da Receita Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou, por meio de nota, que a União ainda não foi oficialmente intimada da decisão, mas que, tão logo o seja, irá examinar as possibilidades de recurso e que a tendência é de levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Um outro caso sobre o tema começou a ser julgado em junho pelo STJ. Na ação, que tramita na 2ª Turma, já há três votos a favor do contribuinte, sinalizando uma vitória para o contribuinte, uma indústria alimentícia que pretende aproveitar créditos de PIS e Cofins decorrentes da aquisição de materiais de limpeza e desinfecção e serviços de dedetização.

SENAI paranaense certifica 375 alunos de aprendizagem industrial e cursos técnicos

20/07/2011- Agência CNI

Curitiba - O [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná \(SENAI/PR\)](#) realiza nesta sexta-feira, 22 de julho, a solenidade de formatura de 375 alunos dos cursos Técnico e de Aprendizagem Industrial. Receberão certificados alunos das unidades da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Centro Integrado de Empresários e Trabalhadores do Estado do Paraná (Cietep) e Boqueirão (capital) e de São José dos Pinhais. O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) Rodrigo da Rocha Loures, e o diretor do SENAI/ PR, João Barreto Lopes, participam da solenidade que será realizada, a partir das 19h00, na sede da FIEP.

Nesta sexta-feira, receberão certificados de aprendizagem industrial 167 jovens, das unidades do Senai CIC, do Cietep e do programa Adolescente Aprendiz, desenvolvido pelo Senai em parceria com a Rede Esperança. Eles receberão certificado em oito cursos: auxiliar administrativo e de produção industrial; auxiliar de suporte em sistemas computacionais; eletrônica industrial; eletrotécnica industrial; mecânica geral; mecânica industrial; operador de processos na indústria de alimentos; e produtor gráfico.

TÉCNICOS – Outros 208 alunos das unidades CIC, Cietep, Boqueirão e São José dos Pinhais serão certificados em nove cursos: automobilística; edificações; eletrônica; estilismo de confecção industrial; gestão e produção de alimentos; mecânica; mecatrônica; meio ambiente; e segurança do trabalho.

Os cursos técnicos duram de dois a quatro semestres letivos e se destinam a alunos que cursam ou são egressos do ensino médio. Sua finalidade é formar profissionais com conhecimento teórico e prático nas diversas atividades do setor produtivo. De acordo com o Sistema de Acompanhamento dos Egressos do SENAI/PR, 95% das empresas do Paraná preferem alunos da instituição. Os cursos de Aprendizagem

Industrial são gratuitos, têm duração de um ano e meio a dois anos e destinam-se aos jovens de 14 a 24 anos.

MAN LA revela estratégia na área de motores

20/07/2011- Newsletter Automotive

Já não é mais segredo a estratégia da MAN LA na área de motores -- pelo menos no que diz respeito aos ônibus. Na terça-feira, 19, o presidente Roberto Cortes anunciou que a empresa utilizará propulsores Cummins e da própria MAN para equipar a nova família Volksbus 2012, apresentada a um grupo de jornalistas da América Latina. Os motores MAN serão montados pela MWM International na fábrica de Santo Amaro, em São Paulo.

"Estamos iniciando a maior sequência de lançamentos na história da empresa na região", disse Cortes, referindo-se à família Volksbus 2012, que estará em destaque na feira Transpúblico, de 24 a 26 de agosto, em São Paulo, e ao lançamento de novos caminhões para atender a legislação Proconve P7 que passa a vigorar a partir de janeiro de 2012. "Serão veículos totalmente novos, com novas especificações e nomenclatura", informou.

"Para atendermos a legislação, bastaria trabalharmos apenas na mudança de motores da linha Volksbus. Fomos além, e desenvolvemos uma linha totalmente renovada, com uma série de evoluções tecnológicas que agregam ainda mais valor a linha Volksbus", diz Roberto Cortes, presidente da MAN Latin America.

Desenvolvimento

Para cumprir as rígidas exigências do Proconve P7, o foco da MAN foi centrado no desenvolvimento de sistemas de tratamento dos gases de escape, que permitem reduzir significativamente as emissões de poluentes para os veículos com motores de ciclo diesel.

A marca recorre a dois tipos de tecnologia: o SCR - Selective Catalyst Reduction (Redução Catalítica Seletiva, com emprego de Arla 32), para os motores Cummins, e o EGR - Exhaust Gas Recirculation (Recirculação de Gases de Exaustão), para MAN. "São as melhores opções disponíveis no mercado para as aplicações a que se destinam", garante Cortes.

Os motores MAN D08 que equipam três dos oito modelos da nova linha, dotados de tecnologia EGR e oferecidos nas versões de quatro e de seis cilindros, foram desenvolvidos especificamente para a aplicação ônibus, privilegiando baixo nível de ruído e consumo de combustível, maior intervalo de manutenção e menor emissão de poluentes.

Propulsores Cummins das séries ISF e ISL com tecnologia SCR, de quatro e seis cilindros respectivamente, equiparão miniônibus, microônibus e chassis rodoviários e

articulados Volksbus. É a primeira vez que ônibus da marca utilizam propulsores da MAN.

Salário médio de admissão tem aumento real de 3,04%

20/07/2011- Assessoria de Imprensa do MTE

Valor passou de R\$ 874,14 no primeiro semestre de 2010 para R\$ 900,70 este ano. Aumento entre os homens foi maior do que entre as mulheres. Paraná registrou o maior crescimento entre os estados

Brasília, 19/07/2011 – O salário médio de admissão do trabalhador brasileiro teve um aumento real (descontada a inflação) de 3,04% no primeiro semestre de 2011, passando de R\$ 874,14 em 2010 para R\$ 900,70 este ano. Esse resultado é oriundo do aumento de 3,88% no salário médio de admissão dos homens e 1,93% no das mulheres. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apresentados pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, nesta terça-feira (19).

“Eu acho que o grande fator positivo da economia brasileira é o ganho real do salário. Quando a gente verifica que a base dessa pirâmide está tendo aumento maior que a inflação, podemos ver também que ela está comprando para garantir melhores condições de vida. Essa base da pirâmide precisa comprar de tudo um pouquinho. Então o Brasil vive uma relação diferenciada. Na Europa, por exemplo, praticamente todo mundo já tem tudo o que precisa. No Brasil, tem tudo para você fazer e as pessoas ainda precisam comprar muitas coisas para melhorar de vida. Então, esse ganho real de salário alimenta a economia interna”, enfatiza o ministro Carlos Lupi.

Entre as regiões, o maior crescimento foi registrado no Sul, com ganho real de 4,36%. O salário médio de admissão no período nessa região passou de R\$ 817,97 no primeiro semestre de 2010 para R\$ 853,62 este ano. Em seguida vem o Sudeste, com aumento real de 3,01%, o Centro-Oeste, com 2,39%, e o Nordeste, com 2,38%. O Norte teve o menor crescimento real, com 1,87, com os salários de admissão passando de R\$ 790,16 nos seis primeiros meses de 2010 para R\$ 804,90 em 2011.

Em relação às Unidades de Federação, 23 apresentaram elevação se comparado ao mesmo período de 2010. Os estados que obtiveram os maiores aumentos reais foram Paraná (+6,55%), Pernambuco (+5,27%), Amapá (+4,12%) e Santa Catarina (+3,88%). Em contrapartida, os estados que apontaram redução real dos salários de admissão foram o Sergipe (-3,64%), Piauí (-2,97%), Roraima (-1,36%) e Tocantins (-0,60%).

Por grau de escolaridade, o maior aumento real do salário médio de admissão no primeiro semestre deste ano, comparado a 2010, foi no Ensino Superior Completo, com crescimento de 3,84%. O valor médio na hora da admissão desses profissionais passou de R\$ 2.253,80 entre janeiro e junho de 2010 para R\$ 2.340,33 em 2011. Logo após, vem os profissionais até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental, com 3,82%, do 6º ao 9º ano incompleto do Ensino Fundamental, com 3,68%, e até o 5º completo do Ensino Fundamental, com 3,40%. O menor aumento foi registrado entre os profissionais com Ensino Médio Incompleto, que ficou em 1,74%.

Assessoria de Imprensa do TEM

(61) 3317-6537 - acs@mte.gov.br

Região Sul apresenta saldo positivo na criação de empregos em junho

20/07/2011- Assessoria de Imprensa do MTE

Os três estados que compõem a região apresentaram saldo positivo na criação de empregos formais em junho, de acordo com o Caged. No primeiro semestre de 2011, a Região Sul apresentou o segundo melhor resultado, atrás apenas do Sudeste

Brasília, 19/07/2011 – A Região Sul do país apresentou saldo positivo de 16.063 mil postos de trabalho formais no mês de junho, o que representa crescimento de 0,24% no total do número de empregos registrado do mês anterior. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta terça-feira (19) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Na divulgação do Caged também foi apresentado balanço dos empregos criados durante o primeiro semestre de 2011. A Região Sul, com a criação de 247.047 novos postos de trabalho, teve o terceiro melhor resultado para o semestre da série, que começou em 2002. O crescimento apontado corresponde a 3,80%, do estoque de trabalhadores com carteira assinada em 2010. No comparativo com as demais regiões brasileiras, a região apresenta o segundo melhor saldo, atrás apenas do Sudeste, que apresentou crescimento de 4,43%.

Em junho, os três estados que compõe a região teve saldo positivo: Paraná (6.777 postos), Santa Catarina (2.999 postos) e Rio Grande do Sul (6.287 postos).

Paraná, com as 6.777 novas vagas criadas, apresenta o melhor desempenho da Região Sul. Os setores de atividade que mais contribuíram para este resultado foram o de serviços (3.469 postos), indústria de transformação (2.810 postos), agropecuária (1.819 postos) e construção civil (1.259 postos). No primeiro semestre, o Estado apresentou o saldo de 98.874 novos postos de trabalho criados.

No Rio Grande do Sul, foi o setor de serviços, com a criação de 3.337 novos postos de trabalho, que mais contribuiu com o resultado verificado. Em seguida, vem o setor de comércio (1.564 postos) e indústria de transformação (1.005 postos). No semestre, o Estado apresentou a criação de 90.278 novos postos de trabalho. É segundo melhor saldo do estado, desde a criação do Caged.

Em Santa Catarina, os 2.999 empregos celetistas criados deveram-se principalmente pelo crescimento verificado nos setores de serviços (1.418 postos), de comércio (1.260 postos) e da Construção Civil (540 postos). No semestre, houve a criação de 57.895 novos postos de trabalho, no Estado.

Assessoria de Imprensa do TEM

(61) 3317-6537 - acs@mte.gov.br

Agricultura e Serviços puxam geração de empregos em junho

20/07/2011- Assessoria de Imprensa do MTE

Setores foram responsáveis pela geração de aproximadamente 130 mil vagas de emprego formal. Extrativa Mineral registrou saldo recorde no período e a Construção Civil o segundo melhor saldo

Brasília, 19/07/2011 – A expansão de todos os setores de atividade econômica possibilitou a geração de mais de 215 mil postos de trabalho em junho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta terça-feira (19), pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. O resultado foi puxado pelo bom desempenho da Agricultura, com geração de 75.227 novos postos com carteira assinada e a maior taxa de crescimento entre os setores, com 4,60%.

Entre os destaques no setor Agrícola estão o Cultivo de Café, responsável pela abertura de 21.765 postos de trabalho, e o Cultivo de Frutas Cítricas, com 13.301 postos. O setor de Serviços acompanhou o crescimento, gerando 53.543 empregos celetistas, o terceiro melhor saldo para o mês de junho. O resultado é decorrente da expansão de cinco dos seis ramos que compõe o setor, com o subsetor de Serviços de Alojamento e Alimentação (21.864 postos) tendo saldo recorde para o período e o de Serviços Médicos e Odontológicos (9.132 postos) o segundo melhor resultado.

A Extrativa Mineral apresentou saldo recorde no mês, com a geração de 1.752 postos de trabalho e um crescimento de 0,89% em relação ao estoque de trabalhadores. A Construção Civil gerou 30.531, segundo melhor resultado para o mês, com um crescimento de 1,15%.

O Comércio apresentou o terceiro melhor saldo no período, com a criação de 29.967 empregos com carteira assinada. O destaque do setor foi o Comércio Varejista, com a geração de 24.893 novas vagas. A Indústria de Transformação foi responsável por 22.618 novos postos formais de trabalho, registrando saldo recorde para junho na Indústria de Material Elétrico e Comunicação (3.149 postos).

“A Construção Civil começou a apresentar um bom desempenho e ainda vai ter um crescimento maior no segundo semestre. Além disso, todos os 25 subsetores cresceram, com destaque para o Serviços Médicos e Odontológicos que vem registrando um bom crescimento há meses, mostrando claramente o desenvolvimento da saúde. O aumento do emprego em todos os subsetores é um demonstrativo claro de que não há recessão, desaceleração na economia brasileira”, afirma o ministro Carlos Lupi.

Semestre – A geração de mais 1,41 milhões de empregos formais entre janeiro e junho de 2011 teve como principal impulsionador o setor de Serviços, com geração de 564.170 empregos com carteira assinada, saldo recorde para o mês. O setor de Extrativa Mineral também apresentou desempenho inédito no período, com a criação de 11.373 postos de trabalho.

Em termos absolutos, o segundo melhor desempenho foi da Indústria de Transformação, que gerou 261.515 novos postos. O Comércio foi responsável pela criação de 120.982 vagas, decorrente da geração de 45.307 postos no Comércio Atacadista, o segundo maior saldo no período, e de 75.675 postos do Comércio Varejista.

A maior taxa de crescimento entre janeiro e junho foi no setor Agrícola, com elevação de 15,81% no estoque de trabalhadores e a criação de 235.381 empregos, segundo maior saldo na série. A Construção Civil, com a geração de 186.224 postos de trabalho, ficou com a segunda maior taxa de crescimento entre os setores nesse semestre, com aumento de 7,33%, e o terceiro maior saldo na série.

Todos os vinte e cinco subsetores de atividade econômica expandiram o nível de emprego no primeiro semestre de 2011, com oito deles exibindo saldos recordes para o período.

Assessoria de Imprensa do TEM

(61) 3317-6537 - acs@mte.gov.br

IR - Fonte - Vence hoje, dia 20/7, o Imposto de Renda retido em junho

20/07/2011- Notas COAD

Os contribuintes que pagaram ou creditaram rendimentos sujeitos ao IR/Fonte no mês de junho/2011 a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País, inclusive rendimentos do trabalho, devem recolher os valores retidos até hoje, dia 20/7.

Este prazo não alcança o IR/Fonte decorrente de juros sobre o capital próprio e aplicações financeiras, prêmios, multa e qualquer vantagem, remuneração do transportador paraguaio, rendimentos e ganhos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário, que possuem prazos específicos no Calendário das Obrigações, bem como aquele incidente sobre a remuneração indireta ou pagamentos efetuados a beneficiários não identificados, que deverá ser recolhido na data da ocorrência do fato gerador.

Simples Nacional - DAS de junho deve ser pago até hoje, dia 20/7

20/07/2011- Notas COAD

As microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo pagamento unificado de impostos e contribuições devem recolher até dia 20 de julho os valores devidos ao Simples Nacional, apurados sobre a receita bruta do mês de junho/2011.

Também dever ser efetuado em 20 de julho o pagamento do DAS em valor fixo por parte do Microempreendedor Individual (MEI) referente ao mês de junho/2011.

Declarações Fiscais - DCTF de maio deve ser entregue até amanhã, dia 21/7

20/07/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as equiparadas, têm até o dia 21/7, para entregar a DCTF com informações relativas ao mês de maio/2011.

A falta de apresentação da DCTF ou a sua apresentação em atraso está sujeita à

multa de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos impostos e contribuições informados, limitada a 20%, reduzida à metade se a Declaração for apresentada antes de qualquer procedimento de ofício.

A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

Comércio Exterior - Aprovada nova consolidação das regras de importação e exportação

20/07/2011- Notas COAD

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior publicou hoje (19-7) no Diário Oficial da União portaria que consolida 36 normas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

“A nova legislação visa a facilitar o acesso dos operadores de comércio exterior às normas que regem o tratamento administrativo das importações, exportações e do regime especial de drawback, referente à concessão de benefícios fiscais para os exportadores brasileiros”, informa o ministério em nota. De acordo com o comunicado, a iniciativa visa a dar maior transparência às regras, com a consolidação em um único documento.

Segundo o ministério, além de consolidar os atos normativos, a portaria apresenta inovações. Uma delas é o esclarecimento sobre a dispensa de exigência referente à data de embarque no licenciamento de importação. Essa regra é válida quando o embarque da mercadoria tiver ocorrido antes da entrada em vigor da exigência de licença para o produto.

De acordo com o ministério, outro ponto importante trata da possibilidade do uso de declarações de importação referentes a operações feitas por conta e ordem de terceiros para fins de habilitação ao regime de drawback (benefícios fiscais na compra de insumos importados para fabricação de produtos voltados à exportação). A medida se aplica aos casos em que a empresa que solicita o benefício fiscal faz a importação dos insumos por conta e ordem de outra empresa.

A condição para a aceitação, nestes casos, é que a empresa beneficiária se declare como adquirente e que a informação sobre a operação esteja apresentada em campo específico. “Essa medida visa a atender, entre outras situações, aquelas relacionadas às pequenas e médias empresas que se utilizam de empresas tradings para realizar suas aquisições no mercado internacional. O objetivo é facilitar o acesso ao benefício fiscal para as exportações das empresas desse porte.”

A nova portaria cria ainda o procedimento para casos de exportações amparadas em atos concessórios de drawback em valores ou quantidades acima daquelas estabelecidas. Quando esses números superarem em mais de 15% o fixado no ato, a empresa deverá apresentar justificativa ou corrigir os registros de exportação que foram vinculados ao ato concessório de maneira equivocada. A medida busca atender as empresas que tenham obtido ganhos de produtividade em suas exportações e que se beneficiam do regime de drawback.

A Portaria nº 23 prevê ainda a criação de um alerta no tratamento administrativo do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) para produtos sujeitos ao licenciamento automático. O alerta torna mais transparente para os usuários a modalidade de licença exigida, facilitando o cumprimento das demandas feitas pelos órgãos de governo.

Fonte: Agência Brasil.

Parcelamento - Governo quer evitar adesão de empresas sem capacidade de pagamento

20/07/2011- Notas COAD

O governo estuda um fórmula para aperfeiçoar as regras e evitar que empresas sem capacidade efetiva de pagamento possam aderir aos programas de parcelamento de débitos em atraso. Segundo o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, isso será feito com base em metodologias de análise financeira e análise de balanços.

"O parcelamento deve ser aderente à capacidade de pagamento efetivo das empresas", disse o secretário.

A Receita pretende também dificultar a adesão de empresas saudáveis aos benefícios do refinanciamento de impostos.

Só em junho, a antecipação de parcelas das dívidas do chamado Refis da Crise, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, chegou a quase 1.000% (998,72%), na comparação com o mesmo período de 2010. Enquanto em junho de 2010, o valor atingiu R\$ 615 milhões, em junho deste ano, passou para R\$ 6,757 bilhões.

O montante é pequeno em comparação com a dívida total dos débitos das empresas que, de acordo com dados da própria Receita Federal, está estimado em R\$ 364 bilhões. Entretanto, mesmo longe de alcançar o valor total, o resultado do mês passado foi capaz de influenciar a arrecadação em 39,61%.

O secretário disse também que é preciso criar um filtro para evitar a permanência de empresas nos diversos programas de refinanciamento de dívidas da Receita sem quitar efetivamente seus débitos. São empresas que frequentemente não pagam as dívidas porque esperam sempre pelos sucessivos programas de refinanciamento.

"Tem que separar o joio do trigo. No momento de crise, nós tivemos os dois programas de parcelamento porque era um momento de dificuldade para o setor produtivo. Então, justificavam-se as medidas excepcionais, dada a excepcionalidade do momento", afirmou.

Barreto disse que, mesmo em situações de crise, o sistema tem de ser aperfeiçoado para contemplar com os parcelamentos apenas as empresas que passam por dificuldades.

Ele não informou, porém, quando o projeto com o aperfeiçoamento das regras e dos sistemas informatizados para controlar melhor o processo de refinanciamentos das dívidas estará pronto, mas garantiu que a solução será anunciada ainda neste ano.

"Será o aperfeiçoamento da metodologia para o futuro e não mexerá no passado. Não podemos alterar direitos adquiridos."

O primeiro prazo para consolidação das dívidas do Refis da Crise terminou em 30 de junho e foi para as grandes companhias, que a Receita Federal classifica de empresas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado e especial, além daquelas que optam pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente ao lucro presumido.

No caso de pessoas físicas, o prazo terminou em maio. A expectativa é que, no último caso, a consolidação seja reaberta em agosto.

Agência Brasil

Simples Nacional - Governo estuda a possibilidade de criar um Simples para domésticas

20/07/2011- Notas COAD

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informou que vai levar para avaliação do Ministério da Previdência, em agosto, e no mês seguinte, para análise do Ministério da Fazenda proposta de criação de um regime tributário simplificado (Simples) para as domésticas. O Simples para as trabalhadoras domésticas terá os mesmos moldes do Simples Nacional.

A decisão de criação desse Simples foi tomada pelo ministro logo depois da adoção da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as trabalhadoras domésticas, que determina a garantia dos mesmos direitos de outras classes de trabalhadores para as domésticas.

A legislação brasileira garante às trabalhadoras domésticas o direito à Carteira de Trabalho assinada e inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Contudo, pela convenção, as trabalhadoras passariam a ter direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), horas extras e abono salarial.

A convenção da OIT só terá validade depois que dois países ratificarem a convenção.

Agência Brasil

Direito do Consumidor - Bancos: uniformização no tempo de atendimento é tema de audiência

20/07/2011- Notas COAD

A Comissão de Defesa do Consumidor realizará no dia 9 de agosto uma audiência pública para discutir a uniformização do tempo de atendimento dos clientes nas agências bancárias em todo o País. A intenção do deputado Gean Loureiro (PMDB-SC), que pediu a realização do debate, é promover por meio dessa discussão a criação de uma Política Nacional de Relações de Consumo.

Segundo Loureiro, as diversas legislações estaduais e municipais sobre o tempo de atendimento fazem com que os bancos não tenham uma uniformidade no tratamento

aos clientes e impedem que o cidadão encaminhe as devidas cobranças ao Poder Público em geral.

O deputado ressalta que, apesar da tecnologia dos caixas eletrônicos, muitos consumidores ainda preferem o atendimento pessoal e devem ser respeitados, e outros, como aposentados e assalariados, muitas vezes são obrigados a buscar esse tipo de atendimento.

Exemplo de Florianópolis

O parlamentar catarinense sugeriu que o diretor-geral do Procon de Florianópolis, Thiago Silva, fosse convidado para relatar a experiência local na fiscalização do tempo de atendimento. "Em Florianópolis, o Procon agiu de maneira forte. Criamos uma lei municipal estipulando o tempo máximo em 20 minutos, foram aplicados mais de 500 autos de infração, inclusive uma agência bancária foi fechada.

Com isso, todas as agências se adequaram, contrataram mais funcionários para permitir um melhor atendimento. Nosso objetivo é fazer uma ampla discussão, chamando as agências bancárias, os órgãos de defesa do consumidor, o Ministério Público de Defesa do Consumidor, para que possamos ter uma padronização para todo o Brasil e a pessoa não perca o dia inteiro para realizar uma transação bancária", ressalta.

Além de Thiago Silva, foram convidados para a audiência pública a diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva; o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal Filho; o coordenador do Fórum Nacional dos Procons, Antônio Caldas Brito; o presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, José Augusto Peres Filho; e o presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Héctor Valverde Santana.

FONTE: Agência Câmara